



Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto de Meio Ambiente/EIA/RIMA sobre o empreendimento “Ampliação do Setor Produtivo Industrial e Agrícola”, de responsabilidade da Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda., realizada na cidade de Junqueirópolis, em 26 de abril de 2007.

Realizou-se, no dia 26 abril de 2007, às 17h00, na Casa da Cultura, Praça Álvaro de Oliveira Junqueira, s/nº, Junqueirópolis-SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Meio Ambiente (EIA/RIMA) do empreendimento “Ampliação do Setor Produtivo Industrial e Agrícola”, de responsabilidade da Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda. (Proc. SMA nº 13.647/2006). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, **Germano Seara Filho**, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas-vindas a todos os representantes do Poder Executivo - nas pessoas da Excelentíssima Senhora Vice-Prefeita e dos Excelentíssimos Senhores Secretários Municipais de Educação, Saúde e Obras, Marlene Trevisan, José Henrique Rossi, Jorge Shihara e Antônio Domingues, respectivamente, e do Ilustríssimo Senhor Osvaldo Dias, Diretor da Divisão Municipal de Agricultura – e aos representantes do Poder Legislativo - nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Vereadores Nair de Souza Leite, Antônio Morus e Miguel Cláudio Batista –, como também aos representantes dos órgãos públicos, das organizações da sociedade civil e das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar dessa audiência sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação do Setor Produtivo Industrial e Agrícola”, de responsabilidade da Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda. (Proc. SMA nº 13.647/2006). Declarou que tinha a missão de inicialmente compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte a representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN e do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental/DAIA, Flávia Silvia Marcatto. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o **Secretário-Executivo do Consema**, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas. Passou-se à primeira etapa em que são apresentados o projeto e os estudos ambientais. **Doutor José Luiz da Silveira Barros**, diretor da Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda., apresentou o projeto, e **Kleber Torezan**, representante da equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA e vinculada à Projec Projetos e Consultoria Ltda., apresentou esse estudo. Depois que o **Secretário-Executivo** solicita fossem traduzidos alguns termos técnicos apresentados pela empresa consultora, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. **Nizia Maria Gonçalves Guelf**, agricultora e cidadã de Junqueirópolis, partiu do argumento que, tal como a usina, os agricultores de outras culturas também trabalham pelo desenvolvimento e exportação de produtos, e, em seguida, formulou alguns questionamentos. Comentou que, como a produção de acerola é acompanhada pelo IBRAF e outros institutos e por técnicos e agrônomos, resultara que o fruto produzido é de boa qualidade e está sendo aceito no exterior. Relatou um incidente ocorrido uma semana antes dessa audiência, em consequência da pulverização da cana, que provocou a queima de plantações, prejudicando as mudas de uma propriedade adjacente à usina. Afirmou que o desenvolvimento do município pela usina deveria ocorrer, mas, no entanto, ela queria continuar agricultora. Frente a isto questionou as medidas que a usina tomaria com vistas a ressarcir os agricultores prejudicados. Também queixou-se de que os bóias-frias da usina estavam utilizando sua propriedade para fins de higiene pessoal, motivo pelo qual exigiu fossem tomadas providências a esse respeito. Depois de questionar os danos causados ao poço da micro-bacia por parte da usina, concluiu afirmando que o desenvolvimento deveria ser para todos, em



“suas próprias propriedades” e que ter sua propriedade cercada por cana implicará em ter de abrir mão de sua cultura agrícola. **Keila da Silva Louro** questionou o empreendedor, e, segundo ela, assim procedia na condição de bióloga e gestora ambiental, e, depois de relatar a morte de animais silvestres causada pela queima da cama, questionou se alguma medida seria adotada para reduzir esse tipo de ocorrência. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. **Edson Kawano**, vinculado à Casa da Agricultura de Junqueirópolis, argumentou que, sabendo-se que a cultura de cana faz uso de defensivos, se preocupava com os empreendimentos vizinhos e, sobretudo, com os impactos nas pequenas propriedades ao redor da cidade. Externou sua preocupação também com a contaminação por agrotóxicos sobretudo da cultura de acerola, embora a Associação Agrícola venha há anos procurando reduzir o uso de produtos químicos, uma vez que não há produtos específicos para essa cultura. Destacou, em seguida, como nos últimos foram feitas parcerias com o Sebrae e o Instituto Brasileiro de Frutas, buscando-se um produto de qualidade, rastreado e que ofereça segurança alimentar, e, assim, conseguir um selo de qualidade para acerola, indagando, ao final, se devido à contaminação que vem ocorrendo esse produto não perderia tal certificação. Passou-se à etapa onde devem apresentar-se os representantes do Poder Legislativo. **Marcos Teixeira**, Vereador do Município, depois de pedir ao Secretário-Executivo que levasse suas posições ao Secretário do Meio Ambiente, Francisco Graziano, argumentou que Junqueirópolis atravessava uma situação muito crítica, pois os agricultores buscavam privilégios para si mesmos e para o seu setor, e que, ao mesmo tempo, as usinas estavam sofrendo devido a um decreto promulgado pelo ex-governador Cláudio Lembo. Apresentou uma série de questionamentos a esse decreto, que, a seu ver, de modo autoritário impediu a supressão de árvores isoladas sem oferecer nenhuma compensação a essa medida. Argumentou, ainda, que tal medida, somada à necessidade de se ter uma reserva equivalente a 20% da vegetação, tornou inviáveis os empreendimentos, independentemente da extensão das propriedades. Questionou ainda a utilidade da manutenção de bosques isolados, afirmando que o eixo da preservação ambiental deveriam ser as Áreas de Preservação Permanente existentes em torno dos rios. Também reiterou seu pedido de fazer chegar ao Secretário do Meio Ambiente a informação de que estava sendo organizada um frente parlamentar para fazer frente a esse decreto. Afirmou, ainda, que as empresas da região estavam dispostas a cumprir todas medidas mitigadoras e que o empreendimento em questão havia contribuído muito para o desenvolvimento de Junqueirópolis e estava seguro da possibilidade de desenvolvimento e reparação de impacto ambiental que seria causado. Concluiu afirmando que, em um município grande como Junqueirópolis, havia espaço tanto para Alta Paulista como para outras usinas e, também, para todos os agricultores, sendo possível garantir o sucesso de cada produtor em sua cultura e em sua propriedade. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. **Oswaldo Dias**, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Junqueirópolis, argumentou que o objetivo da prefeitura e dos órgãos municipais seria o desenvolvimento do município e que a usina tem sido uma parceira nessa perspectiva. Ressaltou as diferenças das culturas da cana e da acerola, desde o ponto de vista do público atingido e da mão-de-obra, tanto no que se refere à quantidade, ao número de horas e a sua composição do ponto de vista do gênero. Enfatizou a representatividade e importância do cultivo da acerola no município, cultivo este, no entanto, bastante exigente uma vez que o mercado internacional - liderado por países como Japão, EUA, Europa - é o maior impulsionador. Relatou, também, que até o momento somente um problema chamou a atenção da Secretaria e que ela agiu prontamente no sentido de solucioná-lo, mas que se tratou de um problema pequeno frente ao tamanho dessa usina. Afirmou que deveria ser fácil encontrar um denominador comum para as questões que a implantação dessa usina oferecia e que, conhecendo os diretores, sócios e donos da empresa, estava seguro de que tratariam essas questões com carinho. Argumentou que o objetivo deveria ser levar em consideração emprego, renda e meio ambiente, e, nesse sentido, o papel que atribuiu à empresa é de que fosse sócia tanto do ponto de vista econômico como ambiental. Depois de destacar o empenho dos produtores e o papel das parcerias com o Sebrae e Ibraf para o avanço no cultivo da acerola, reiterou seu agradecimento aos empreendedores da usina por cumprir um papel na



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

geração de renda e emprego. Ao concluir enfatizou novamente a facilidade para se resolverem as questões levantadas entre o bem da usina e o bem dos produtores desde que sejam discutido como o bem da comunidade como um todo. **José Henrique Rossi**, Secretário da Educação, Esporte e Cultura, centrou seu argumento na qualidade da educação do município, atestada no *ranking* recém-publicado pelos jornais, e no papel cumprido, nessa área, pelos diretores do empreendimento, inclusive na implementação de curso técnico em açúcar e álcool, ministrado e coordenado pelo Centro Paula Souza. Enfatizou, ainda, a necessidade de formação de mão-de-obra qualificada, e o empenho dos diretores em firmar parceria com a prefeitura visando à qualificação de mão-de-obra para eles próprios. **Antônio Domingos Filho**, Diretor de Planejamento, Obras e Serviços, argumentou que grandes projetos demandam grandes esforços e que, em seu entendimento, era exatamente isto o que realizava a Usina Alta Paulista. Ao final expôs os avanços recentes do município nas áreas de saneamento, captação e distribuição de água e rede de esgoto, dando ênfase às possibilidades de parceria com o empreendedor. Antes do início da última etapa foi questionado se haveria pessoas no Plenário interessadas em fazer uso da palavra, comprovando-se que não havia, passou-se à última parte. **José Luiz de Silveira Barros**, diretor da Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda., argumentou que a empresa tem a necessidade de se expandir, pois, do contrário, se tornará pequena frente aos concorrentes, e que, portanto, a empresa não podia ignorar as necessidades de qualquer um, seja ele proprietário de quantos hectares forem. Pediu desculpas, em seu nome e de seu irmão, que é igualmente proprietário, pelo que ocorreu quando da pulverização da cana. Outro representante da empresa responsável pela obra, depois de agradecer os comentários elogiosos à empresa, afirmou: 1) que esses comentários ajudariam à empresa, que não buscava causar qualquer prejuízo à região, uma vez que pretendia permanecer nela por muito tempo; 2) que, em relação às queimadas, a empresa adotava uma série de medidas, entre as quais o treinamento dos funcionários feitos pela Polícia Ambiental, o acompanhamento técnico e disponibilidade de veículos para executar o controle de incêndios, além de proceder a queima de forma paulatina e gradual; 3) que outra medida adotada por ocasião das queimadas era a manutenção de uma entrada aberta que permita que os animais escapem do incêndio. Ao concluir afirmou que a empresa tem interesse que os incêndios sejam controlados, pois não tinha intenção nem de dar prejuízos ao meio ambiente nem tão pouco a seus investimentos e instalações, e que demonstrava isso o investimento que fazia na implementação da colheita mecanizada. O Secretário-Executivo do Consema, **Germano Seara Filho**, dirigiu-se ao Vereador Antônio Marcos informando-o que, independentemente da audiência que a frente de vereadores terá com o Secretário do Meio Ambiente, a atual gestão da Secretaria do Meio Ambiente havia elaborado e começara a implementar 21 projetos estratégicos prioritários, e que um deles visava à recomposição de matas ciliares, que eram as chamadas Áreas de Preservação Permanente, e que essas informações estarão disponíveis na internet e que elas também poderão ser oferecidas pelo próprio Secretário de Meio Ambiente, por ocasião da audiência. Declarou, ao final, que haviam sido cumpridas todas as etapas da audiência para as quais havia pessoas inscritas, mas que aquelas que desejassem ainda contribuir com o aprimoramento desse projeto poderiam enviar sua colaboração, no prazo de cinco dias úteis a partir da data dessa audiência, à Secretaria-Executiva do Consema, através dos Correios ou protocolando-a diretamente nesse setor. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa reunião. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, Diretora da Divisão de Documentação da Secretaria Executiva do Consema lavrei e assino a presente ata.